



ACÓRDÃO Nº 491/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11543/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Renato Cruz Pereira da Silva (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barcelos – SAAE.
- 5- **Exercício:** 2017.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1759/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barcelos - SAAE. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Renato Cruz Pereira da Silva**, Diretor Geral e Ordenador de Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barcelos de Barcelos – SAAE, referente ao exercício de 2017, com fulcro no art. 22, III, alínea b, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Renato Cruz Pereira da Silva**, Diretor Geral e Ordenador de Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barcelos de Barcelos – SAAE, referente ao exercício de 2017, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelas restrições 1, 2,



ACÓRDÃO Nº 491/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

4, 5, 6, 8, 18, 21, 22 e 24, com fulcro no art. 54, inciso II, da Lei n.º 2423/96-LOTCE c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/02- RITCE/AM; Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barcelos - SAAE:

10.3.1. Obrigatoriedade de efetuar os Registros Contábeis;

10.3.2. Que seja tomado providências no sentido realizar concurso público, de forma a regularizar o Quadro de Funcional do Serviços Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do Município de Barcelos;

10.4. Determinar à próxima comissão de inspeção que irá fiscalizar o Serviço Autônomo de água e Esgoto – SAAE do Município de Barcelos:

10.4.1. Que seja verificado se de fato, se as Fichas Funcionais dos Servidores Autônomos de Água e Esgoto – SAAE de Barcelos do Serviços, foram atualizadas, no que se refere aos lançamentos de: (atestados, férias, cursos, licenças médicas, e outros);

10.4.2. Que seja verificado se de fato, se as declarações de bens do Presidente, Secretários e Servidores Públicos, ocupantes de Cargos Comissionados encontram arquivadas no Setor de Pessoal do SAAE de Barcelos, conforme determina o disposto no art. 13, da Lei nº 8.429/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289, da Resolução TCE nº 04/2002;

10.4.3. Que seja verificado se as Declarações de Bens dos Servidores que exercem os cargos Comissionados, encontram-se nas pastas funcionais, cumprindo o que determina o disposto a (Resolução nº 02/90; art. 13, da Lei nº 8.429/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289, da Resolução nº 04/02);

10.4.4. Que seja verificado se foram tomadas providências no sentido de regularizar a situação do registro no Balanço Patrimonial de créditos a receber no valor de **R\$ 556.633,63** (quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos), conforme registro no Sistema de Faturamento e Cobrança – SFCWin e quais as providências adotadas para a recuperação de tais créditos;



ACÓRDÃO Nº 491/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4.5. Que seja verificado se foram tomadas providências no sentido de regularizar a situação dos pagamentos a concessionária de energia elétrica amazonas distribuidora S/A, relativo ao exercício de 2017, no valor da dívida acumulada no montante de **R\$ 1.900.000,00** (um milhão e novecentos mil Reais), com os devidos registros contábeis.

10.5. Dar ciência ao Sr. Renato Cruz Pereira da Silva e demais interessados, deste Acórdão;

10.6. Arquivar o presente processo após cumprimento da decisão, nos termos regimentais.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Junho de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral